
**APONTAMENTOS SOBRE A
NOÇÃO DE CONHECIMENTO
E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO
NAS CIÊNCIAS HUMANAS**

Maria Teresa Canezin Guimarães*
Maria de Araújo Nepomuceno**

Resumo: este trabalho reúne apontamentos que articulam reflexões sobre alguns aspectos que permeiam a questão da produção do conhecimento no campo das Ciências Humanas, e por inferência, no campo da educação. No percurso dos apontamentos feitos, interessou indagar mais especificamente sobre a natureza das Ciências Humanas e os desafios principais com os quais elas se defrontam. Trata: dos sujeitos e objetos do conhecimento; das questões essenciais que permeiam as Ciências Humanas; das relações entre conhecimento e poder; do processo de pesquisa e da importância da leitura dos clássicos para a formação do pesquisador.

Palavras-chave: Ciências Humanas; sujeito/objeto do conhecimento; conhecimento e poder; processo de pesquisa

O conhecimento qualificado como científico é recente na história da humanidade. Ele adveio das transformações históricas, isto é, econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas na sociedade e, das quais, as ciências físicas e naturais e as ciências humanas no sentido genérico são componentes importantes. Ele nasceu no interior de um movimento de profundas mudanças, cujas origens podem ser buscadas nos séculos XVI e XVII, com a emergência da ordem capitalista e o redimensionamento do pensamento racional, e que se intensificou no decorrer do século XVIII, culminando com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa instauradoras da referida ordem.

Conforme Franco, tanto a institucionalização das Ciências Físicas e Naturais, bem mais antigas, quanto a das Ciências Sociais, pós-séculos XVIII e XIX, resultaram de um movimento de dessacralização do conhecimento, em que os homens passaram a questionar o saber transcendental, contemplativo, religioso, e a valorizar a razão como ins-

trumento de explicação, interpretação, domínio e intervenção na natureza e nas relações humanas. (Franco, 1980 apud Salles, 1998, p. 23)

Nesse tempo histórico de mais ou menos cinco séculos, as relações entre a sociedade e a ciência se alteraram substancialmente, e hoje, o poder das ciências na definição da realidade deriva-se do seu enorme poder de transformar o mundo e até o de destruí-lo. É preciso ressaltar que esse poder de transformação ou de destruição do mundo não é etéreo, e está estreitamente entrelaçado com as relações de forças que imperam no mundo por meio do formato dos modelos de desenvolvimento econômico e político hegemônico.

Na esteira dessa contextualização, é preciso compreender a lógica de poder das ciências, e ao mesmo tempo, relativizá-la. É necessário compreender as ciências como formas de construir a realidade. O mundo, a realidade, é aquilo que o homem produz, conceitua, organiza e transforma. As Ciências Humanas têm ou buscam ter a capacidade de desvendar, de revelar certos aspectos da realidade como eles se apresentam de imediato ao homem, quando este formula determinadas questões e busca respostas para a vida cotidiana.

As teorias, métodos e os procedimentos que possibilitam ao homem investigar com rigor os aspectos do mundo físico e social devem constituir o objeto e devem ser compreendidos nesse processo mais amplo que é a história recente das ciências humanas com todos os seus desafios de institucionalização. Assim, iniciando essa discussão, julga-se relevante pontuar alguns aspectos que permeiam a questão da produção do conhecimento no campo das Ciências Humanas e Sociais modernas, e, por inferência, no campo da educação. No espectro dos apontamentos feitos, interessa, nesse texto, indagar mais especificamente sobre a natureza destas Ciências e os desafios que elas mais de perto enfrentam.

SUJEITOS E OBJETOS DO CONHECIMENTO

Os objetos das ciências humanas são constituídos por símbolos, já que tratam da maneira que o homem percebe e interpreta a realidade física e social. Embora ancoradas em paradigmas diversos, elas partem de um pressuposto básico — o processo de humanização e o mundo dos símbolos. A diferenciação do homem em relação aos demais animais se fundamenta no processo de construção social do mundo e de si mesmo mediado pela cultura, pelos símbolos. Os demais animais realizam ações instintivas, suas ações são meros reflexos e os instintos obedecem a leis

biológicas idênticas e invariáveis. Estes animais se especializam em determinados atos e executam-os com extrema habilidade (observe a abelha, a aranha, o João-de-Barro, etc). Entretanto, esses atos não se renovam, não têm história e qualquer modificação é genética e transmitida hereditariamente. Eles realizam atividades ignorando as finalidades da própria ação.

Evidentemente, os animais têm níveis diferenciados na escala zoológica, isto é, uns são mais evoluídos do que outros. Todavia, mesmo considerando essa diferenciação, trata-se de uma espécie de inteligência concreta, com respostas analogamente concretas para o aqui e o agora. Por exemplo: os chimpanzés apresentam uma plasticidade maior, características de atos inteligentes, e nem, por isso, deixam de ter respostas instintivas. Por sua vez, o homem tem a especificidade de produzir sua existência e construir socialmente um mundo de símbolos e de cultura, bem como o de “instrumentos” lógico-rationais que têm como fim precípua o desvendamento fundamentado do mundo em que se encontra inserido, na condição de sujeito constituinte, constituidor e interprete dos diferentes aspectos da história desse mundo.

Em resposta aos desafios da natureza, o homem é o único animal que transforma coletivamente o mundo, produz e recria as condições materiais que garantem sua existência no correr do tempo, que produz e recria um mundo de significados e símbolos e é, simultaneamente, capaz de criar instrumentos que possibilitem a leitura da realidade multifacetada e complexa em que se encontra inserido. É o único animal capaz de criar símbolos, isto é, signos arbitrários em relação aos objetos que o cerca. Mediante o signo, o objeto se torna presente na consciência do homem, o objeto tem presença mesmo na sua ausência. Os símbolos são os materiais com os quais são produzidas as culturas e as sociedades. Este suposto é básico nas ciências humanas em geral.

Para além do complexo biológico, os seres humanos se constituem a partir de um complexo de símbolos que tratam de direitos, obrigações, autorizações e interdições que se manifestam em ritos, gestos, expressões de comunicações diversas etc. (Zetterberg, 1968, p.13) A linguagem, por exemplo, contém codificações acerca da vida social. Nesta perspectiva, as ciências humanas tomam como objeto de estudo a realidade social que é formada de símbolos. O homem, portanto, é o único animal com possibilidades de produzir o saber, de conhecer, produzir um conhecimento acerca do mundo que o cerca, seja físico ou social. Logo, o que diferencia a ação do ser humano da ação instintiva

dos demais animais não é só o grau de complexidade da ação realizada, mas, sobretudo, a capacidade de conhecer o sentido e as finalidades de agir, atuar sobre o mundo, falar sobre o mundo, produzir conhecimento sobre o mundo. Esta premissa concebe o homem como um ser da natureza e um ser social — que assume consciência da sua existência e é capaz de elaborar e desenvolver um conhecimento do mundo real do qual ele próprio participa.

Aristóteles foi o primeiro filósofo a utilizar a palavra *epistéme* (conhecimento), fazendo a distinção entre os sentidos e a razão. Para ele, se o homem permanecer preso, dominado pelo sentido, pelo mundo sensível, não consegue romper com a aparência das coisas, já que as coisas estão em constante mutabilidade. O homem tem que desenvolver a razão, tornar-se portador de uma racionalidade para ser capaz de atingir a essência das coisas. Dai a distinção entre *Doxa* — opinião e *epistéme* — verdadeiro conhecimento. Daí a *epistéme* ser o verdadeiro conhecimento, aquele pelo qual a razão ultrapassa o mundo sensível, o mundo aparente e atinge o mundo das essências, o mundo verdadeiro.

Mas o que é conhecimento? É o saber que resulta da interação específica do sujeito que conhece e do objeto que busca conhecer. Então o processo do conhecimento pode ser entendido como uma tentativa do sujeito no sentido de apreender o objeto. Se é assim, duas perguntas emergem: quem é o sujeito do conhecimento? O que é objeto do conhecimento? Respondendo à primeira pergunta pode-se dizer que o homem é o sujeito do conhecimento, na medida em que todo conhecimento é sempre um conhecimento elaborado pelo homem no decorrer de sua história. À segunda, responde-se dizendo que o objeto do conhecimento é o mundo real, ou tudo o que existe no universo e que, por essa mesma razão, é ou pode vir a ser conhecido pelo homem.

O homem faz parte do mundo real, onde ele existe e desenvolve todas as suas atividades, como ser da natureza que é, e como ser social. Em sua existência, o homem se defronta necessariamente com a natureza, com os outros homens e com ele próprio como subjetividade, enfim defronta-se como uma realidade objetiva. Afirmar que o objeto do conhecimento é o mundo real significa dizer que tudo o que existe no universo, qualquer fenômeno da natureza, qualquer fenômeno da sociedade, qualquer fenômeno biológico, qualquer fenômeno psicológico pode ser tomado como objeto do conhecimento pelo homem. Como diz Hessen, no “conhecimento – encontra-se frente a frente a consciência e o objeto, o sujeito e o objeto. O conhecimento apresenta-se como uma

relação entre estes dois elementos, que nela permanecem eternamente separados um do outro”. (1978, p. 27)

Johannes Hessen, em seu livro *Teoria do Conhecimento*, faz indagações da seguinte natureza: pode o sujeito apreender realmente o objeto? Esta é uma possibilidade do conhecimento humano?

O referido autor apresenta de início três posições no que se refere à possibilidade do conhecimento. Uma — o dogmatismo — considerada como a “posição epistemológica para a qual não existe ainda o problema do conhecimento”. (Hessen, 1978, p. 37). Toma-se como inquestionável e, portanto, evidente que o sujeito, a consciência cognoscente apreendem o objeto. Assim, a relação entre o sujeito e o objeto não é problematizada. Os dogmáticos não percebem que o conhecimento é resultante da relação entre sujeito e objeto. Logo, não problematizam a relação.

A segunda posição — o ceticismo — tem como principal característica admitir que o conhecimento, no sentido de uma apreensão real do objeto, é impossível. À consciência cognoscente é impossível apreender o objeto na sua essência, e, portanto, não há nenhuma verdade. “De dois juízos contraditórios, um é, finalmente, tão exactamente verdadeiro como o outro”. (Hessen, 1978, p. 41). Sendo assim, não há verdades enquanto possibilidades.

A terceira posição engloba genericamente o subjetivismo e o relativismo. Segundo ela, pode haver uma verdade, mas esta tem uma validade limitada e não há qualquer verdade universalmente válida. O subjetivismo, como o nome indica, “limita a validade da verdade ao sujeito que conhece e julga (...) faz depender o conhecimento humano de fatores que residem no sujeito cognoscente, enquanto o relativismo sublinha a possibilidade do conhecimento à dependência de fatores externos...” (Hessen, 1971, p. 27).

Para compreender o processo do conhecimento como uma tentativa do sujeito cognoscente de apreender a realidade objetiva da qual ele próprio faz parte — é importante recorrer aos escritos de Lefevre que responde mais amplamente a problemática. Para o referido autor, o

conhecimento é um fato: desde a vida prática mais imediata e mais simples, nós conhecemos objetos, seres vivos, seres humanos.

Assim, em termos filosóficos, o sujeito (o pensamento, o homem que conhece) e o objeto (os seres conhecidos ou para se conhe-

cer) agem e reagem continuamente um sobre outro; eu ajo sobre as coisas, explora-as, experimento-as; elas resistem ou cedem a minha ação, revelam-se, eu as conheço e aprendo a conhecê-las.

O sujeito e o objeto estão em perpétua interação; essa interação será expressa por nós com uma palavra que designa a relação entre dois elementos opostos e, não obstante, parte de um todo, como numa discussão ou num diálogo; diremos, por definição, que se trata de uma relação dialética. (Lefreuve, 1983, p. 49) Grifos do autor.

A idéia do conhecimento como resultante da interação entre sujeito e objeto pressupõe que um e outro não existam dissociados, são recíprocos e, ao mesmo tempo, fazem parte de uma totalidade contraditória; estabelecem uma relação dialética em que a reciprocidade e o antagonismo estão presentes. As características gerais do conhecimento, segundo o último autor citado, são três. Em primeiro lugar, o conhecimento é prático, isto significa que antes de elevar-se ao nível teórico, todo conhecimento começa pela experiência, pela prática. A consciência humana, o pensamento, não existe em si mesmo, independente da materialidade. Em segundo, o conhecimento é social; em vida social os homens descobrem uns aos outros, semelhantes e diferentes, constituindo singularidades. Interagem, estabelecendo relações sociais diversas e complexas. O Robison Crusoe é uma ficção literária; o homem e o conhecimento só existem em sociedade. E, em terceiro, todo conhecimento tem um caráter histórico. Vale dizer, foi produzido, adquirido e recriado pelo homem em suas ações e inter-relações sociais, econômicas, culturais, historicamente datadas e localizadas de modo concreto. (Cf. Lefebvre, 1983)

Entendendo o conhecimento como resultante de tentativas do sujeito para apreender o objeto, somos confrontados com outra questão, a saber: de que maneira se estabelece a relação entre o sujeito e o objeto? Do ponto de vista da ciência moderna cabe destacar o postulado de que o mundo real é cognoscível, o que supõe admitir a impossibilidade de áreas interditas ao conhecimento; os limites são postos pelo desenvolvimento das forças materiais e espirituais disponíveis, dos avanços e limites teóricos e metodológicos já alcançados em cada período histórico considerado. O homem apreende o mundo real por meio de diferentes procedimentos, instrumentos e métodos. Uma pri-

meira forma de apreensão do objeto pelo sujeito, muito ligada à experiência sensorial, consiste no chamado conhecimento imaginativo — um conhecimento ainda elementar, mas de importância crucial na medida em que possibilita o reconhecimento e a identificação de feições do universo.

O homem produz também conhecimentos abrangentes, em nível mais elevado, mais distantes da experiência sensorial, ou seja, mais abstratos. Cabe destacar que a distinção entre conhecimento imaginativo e conhecimento abstrato é relativa, bastando lembrar que a partir do momento em que o homem elabora uma linguagem está executando um trabalho de abstração que consiste em última análise na utilização de palavras (representações conceituais) para designar imagens (representações sensoriais). Esse trabalho de abstração se evidencia quando se examina conceitos chamados de universais.

As diferentes formas de conhecimento apresentam-se ainda como processos sociais, na medida em que cada homem não utiliza apenas a própria experiência, mas também as experiências dos outros homens, seus contemporâneos, e ainda as experiências de gerações passadas que foram transmitidas direta ou indiretamente pelos processos educativos. Assim, o conhecimento tem também um caráter cumulativo, significando que cada geração não somente recebe a herança cultural que lhe foi transmitida pela geração anterior, mas, principalmente, reflete sobre a experiência e é capaz de desenvolver novos conhecimentos a partir do ponto em que havia chegado seus predecessores. O processo de conhecimento estabelece um vínculo entre a ação passada e a ação futura das sociedades. Assim, cabe ressaltar que é inerente à produção do conhecimento propriamente dito a abstração. Como diz Pareto: “a abstração constitui, para todas as ciências, a condição preliminar e indispensável de qualquer pesquisa”. (1971, p. 35)

Existem diferentes formas de conhecimento (o senso comum, a religião, o mito, a arte, a filosofia, a ciência), que se entrelaçam, tornando-se difícil distingui-las. O conhecimento dito popular se caracteriza pela informação recebida ou transmitida sem uma crítica expressa de sua origem ou das razões de sua validade ou legitimidade, ou seja, pelo senso comum. Assim,

Llamamos conocimiento popular toda información recibida o transmitida sin una crítica expresa de su origen, de las fuentes de que está tomada o de las razones que le dan validez. Son series

de proposiciones informativas, que em algunos casos pueden estar acompañadas de algún intento de explicación sin que esta explicación a su vez esta comprobada o disprobada. (Pardinas, 1971, p.14)

Por outro lado, o conhecimento científico se caracteriza pela capacidade de analisar, explicar, compreender, interpretar e predizer os fatos de natureza física e social. É próprio de especialistas, é sistemático, crítico, rigoroso, nasce da dúvida e dos processos de comprovação. Contém métodos que propõe um projeto de desvendamento dos fenômenos, ou seja, dos objetos de estudos, e empreende atividades antecipadas, visando apreendê-los para além das manifestações aparentes. Nesse sentido,

podemos decir que el conocimiento científico es la obtención y publicacion acumulativa de nuevas informaciones con la finalidad de explicar e predizer la conducta de fenômenos em áreas determinadas por cada ciência, basado em uma severa crítica del procedimiento seguido para obtenerlos y de las fuentes utilizadas durante esse procedimineto. (Pardinas, 1971, p.38)

Assim, o conhecimento produzido pela ciência constitui-se de fatos, teorias e métodos que se desdobram:

graças a descobertas mais variadas; descobertas em cadeias, súbitas inspirações, achados fortuitos, mas ele também progride pelo reajuste paciente de resultados, pela exploração metódica de domínios recém conquistados, sem esquecer a luta contra os falsos problemas, a rotina e a multidão de outros obstáculos. (Kourganoff, 1971, nota 1, p. 40).

Existem evidentemente diferentes modos de conhecer e diferentes formas de manifestar o conhecimento. Há o mito, a arte, a religião, que se entrelaçam na produção da vida cotidiana; e sabe-se, também, que as fronteiras entre elas não são muito claramente definidas.

O pensamento científico invade os poros da cultura contemporânea perpassando-a, mas diferenciando-se dos outros modos de conhecer pelas concepções de ciência, pelos métodos, pela metodologia, pelos recursos utilizados para construir o conhecimento.

Por fim, embora a ciência constitua uma criação recente do homem, isto não significa que anteriormente não houvesse um saber rigoroso. Desde a Grécia o homem aspirava obter um conhecimento distinguível do senso comum. A expressão *epistémé* – característica do pensamento grego – expressa um saber adquirido “pelos olhos do espírito”, como querem os filósofos, isto é, um tipo de saber que ultrapassa a manifestação aparente dos fenômenos. Desse modo, o processo de conhecimento, simultaneamente, esconde e revela os vínculos inerentes e imbricados que são tecidos entre a ação passada e a ação futura dos sujeitos que buscam conhecer, entre o conhecimento legado e que parece velho e o novo conhecimento. Limoeiro expressa com propriedade, e *metaforicamente*, como se dá, mediado pela teoria, a construção coletiva do conhecimento no desdobrar do tempo, quando afirma:

O desconhecido como tal é plena escuridão. O conhecimento é a iluminação que desvenda os mistérios dessa escuridão. Não de súbito, num momento. O conhecimento é sempre aperfeiçoamento de um conhecimento anterior que se põe em dúvida, que se nega. Não é sobre a escuridão que se trabalha, mas sobre áreas iluminadas, quando se considera precária essa iluminação passada. (...) Ao fazer incidir feixes de luz sobre (...) [essas áreas] (...), seus objetos vão tendo contornos fixados com maior nitidez, embora experiências diversas construam contornos também diversos. Uma única incidência de um único feixe luminoso não é suficiente para iluminar todo um objeto. (...) A incidência a partir de outros pontos de vista e com outras intensidades luminosas vai dando formas mais definidas ao objeto, vai construindo um objeto que lhe é próprio. A utilização de outras fontes luminosas poderá, [pois], formar, um objeto inteiramente diverso ou indicar dimensões inteiramente novas (...) [de um mesmo] objeto. (1978, p. 27-28)

Por isso, desde os gregos a questão das reflexões de cunho teórico e as de métodos tem sido objeto de discussão dos filósofos. No entanto, foram os pensadores modernos que lhes deram a devida prioridade com a finalidade de fazer da investigação científica um processo de construção do conhecimento. Assim, o conhecimento científico não atinge os fenômenos simplesmente nas suas manifestações aparentes, mas os atingem nas suas causas, na sua constituição, caracterizando-se pela

capacidade de análise, de explicação, de compreensão, de indução, de predição do futuro. Em outros termos, os sujeitos que buscam conhecer a sociedade em que se inserem, debruçam-se sobre o conhecimento já produzido sobre ela e que foi herdado do passado e o recria por meio da interlocução teórica que viabiliza o desdobramento de novos conhecimentos, ou eleva os conhecimentos herdados a outros patamares.

QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A primeira e, talvez, mais emblemática questão das Ciências humanas se refere a decantada distinção entre elas e as Ciências Físico-Naturais e Biológicas. No esforço de explicitá-la, duas maneiras de entender a questão se evidenciam. Uma delas, e que talvez tenha sua expressão mais claramente delineada na perspectiva epistemológica positivista durkheimiana, é a de que as Ciências humanas devem empregar o mesmo sistema de investigação dos biólogos e dos físicos no trato dos fenômenos que constituem seus objetos de estudo. A outra maneira, e que talvez tenha sua origem na contribuição de Dilthey, caminha em direção oposta, afirmando que existe diferença na forma como se realiza os estudos dos fatos biológicos e físicos e os estudos dos fatos simbólicos. Na perspectiva epistemológica positivista a ciência é tida como *una*, ou seja, ontologicamente, para essa perspectiva não há diferenças entre o objeto e o método, cabendo na relação entre sujeito e objeto uma cisão e uma conseqüente neutralidade científica. Na perspectiva fenomenológica e na dialética há diferenças na natureza do objeto e, portanto, no processo metodológico de construção do conhecimento.

Nessa segunda maneira de enfrentar a questão, a *natureza histórica* dos objetos de estudo das Ciências Humanas e Sociais modernas evidencia-se de modo incontestável. A sociedade ou a realidade é densamente histórica. As sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo; os grupos sociais, as instituições, as leis, as normas e as crenças que as constituem são mutáveis, são provisórios, estão em constante dinamismo. Assim, os objetos das ciências sociais são portadores dessa densidade histórica criada e recriada coletiva e dinamicamente. Daí decorre a afirmação de que os objetos dessas Ciências são *portadores de consciência histórica*. Vale dizer, dependendo do grau de desenvolvi-

mento da sociedade, de sua organização particular e de sua dinâmica interna desenvolvem-se concepções de mundo, estilos de pensar que, por sua vez, condicionam os próprios limites do conhecimento. Nesse sentido, o pensamento, o conhecimento são frutos de necessidades históricas. A própria emergência das Ciências Humanas na modernidade é um exemplo. Aristóteles já havia descoberto o caráter do valor do trabalho, mas este era um conceito abstrato, sem densidade. Ele só assume paulatinamente configuração ou materialidade, quando a sociedade capitalista se afirma, a partir do final do século XVIII. O pensamento e o conhecimento dele decorrentes estão impregnados, pois, desta materialidade histórica.

O conhecimento não é fruto da atividade isolada do ser humano; ao contrário, tem um caráter coletivo, tanto que ainda que seja formulado por um homem genial, ele incorpora saberes de um determinado campo e tempo histórico. As ciências em geral são históricas. Dizer isso significa afirmar a impossibilidade de pensá-las desvinculadas da cultura, da história, dos homens concretos que fazem a história. A ciência, do modo como é representada nas sociedades contemporâneas, é fruto da modernidade da cultura ocidental. Os aspectos históricos e culturais possuem papel fundamental na constituição do que se qualifica como modo científico de pensar. As hipóteses, as teorias, as leis só podem ser consideradas nos limites do contexto cultural e histórico em que são formuladas pelo sujeito produtor do conhecimento. Nesse sentido, o conhecimento vai sofrendo mutações e novos paradigmas e novos estilos de pensar vão aparecendo.

Um outro aspecto a considerar é que cada ciência possui uma historicidade interna que tem a ver com a sua constituição. Apesar de a ciência mudar e se transformar, ela se mantém ciência devido à sua natureza histórica resguardada pela tradição epistemológica. É nesse sentido que se pode afirmar a constante tensão que a ciência vive entre o velho e o novo.

Temos, então, no coração da ciência, a ocorrência de uma tensão entre o antigo e o novo. O antigo que luta para sobreviver e o novo que insiste em surgir. Esta tensão, que foi chamada por Kuhn de tensão essencial, talvez seja o elemento mais importante para caracterizar o processo de crescimento e do desenvolvimento científico. (Bombassaro, 1994, p.115).

A tensão explícita a necessária contestação e a crítica que toda ciência deve conter. A produção de conhecimento é um processo do qual fazem parte os conhecimentos anteriormente acumulados. Não se pretende dizer com isso que o acumular conhecimentos tenha um caráter linear: a acumulação não é apenas a incorporação constante do anteriormente produzido, mas pode ser e certamente é a negação do conhecimento até então aceito. (Cf. Moroz, 2003, p. 10-11) Se assim não fosse, não haveria a necessidade de afirmar seu caráter intrinsecamente provisório.

A teoria científica pela própria natureza exige, reclama a crítica. As ciências como modos de conhecer e tipos de conhecimento têm a pretensão de alcançar a universalidade do conhecimento. Nesse itinerário, produzem e incorporam mudanças internas e externas, (re)criam paradigmas de acordo com a lógica da sua constituição e as condições históricas em que se desenvolvem. Com base nisso,

Thomas Kuhn afirma que a evolução, o progresso do conhecimento científico, e do nosso modo de ver as coisas, só ocorre quando houver mudanças profundas em nossa concepção de mundo. Para Kuhn a ciência se desenvolve quando ocorre mudanças de paradigma. Mas essas mudanças são momentos raros na história da ciência e, por isso, constituem-se em verdadeiras revoluções científicas. (...) [Ele] chega a afirmar que quando mudam os paradigmas, mudam com eles o próprio mundo". (Bombassaro, 1994, p.116)

CONHECIMENTO E RELAÇÕES DE PODER

Na atividade científica, assim como em qualquer outra, busca-se um determinado resultado. A ciência é produto do espírito humano que se faz por meio de um modo determinado de conhecer. Se, de um lado, ela é um conhecer específico, produto do pensamento nos seus vínculos com certos aspectos da realidade, de outro, a ciência é também um trabalho humano como outro qualquer, que implica em dispêndio de energia e tem uma inserção numa determinada sociedade. Por isso, como diz Limoeiro em seu texto *Desafio, exigências e limitações do trabalho científico numa perspectiva epistemológica*, não se pode correr o risco de tomar a ciência como algo isolado, como uma atividade independente dos laços históricos e sociais que lhes conferem sentido. O trabalho

científico tem um endereçamento, tem finalidades. Cabe a quem pesquisa constantemente indagar porque fazer este trabalho e não outro? Para quem se destina? A que serve? Isto significa que a ciência produz conhecimento e esse conhecimento não é indiferente, descomprometido em relação aos vínculos sociais.

Ainda, segundo a autora citada, a sociedade na qual se produz a ciência moderna é diferenciada, dividida, cindida. É uma sociedade constituída em classes, embora nestes tempos chamados como pós-modernos, muitos insistam em afirmar o fim das classes sociais e de suas lutas. A ciência produzida nesse tipo de sociedade não interessa igualmente aos diferentes segmentos e classes, bem como os diferentes campos científicos não têm iguais possibilidades de se desenvolverem e se constituírem. Certos tipos, certas áreas e certos temas são mais acatados do que outros, inclusive mais financiados do que outros. É evidente que há uma relação externa entre epistemologia e poder como há também uma relação intrínseca da epistemologia com o poder.

Bourdieu, sociólogo francês, dedica grande parte de seu trabalho conceituando o que denomina campo de produção de bens culturais e simbólicos, identificando-os abstratamente na sociedade como espaços portadores de especificidades: campo escolar, campo científico, campo artístico, campo político, campo jornalística etc. Ao desenvolver o conceito esclarece a relação entre epistemologia e poder.

Os campos possuem traços estruturalmente equivalentes ou determinadas homologias estruturais e funcionais que lhes proporcionam identificação. Entretanto, possuem especificidades, objetivos e determinadas características que são inerentes e irredutíveis a outros campos.

Os agentes, no interior de cada campo e externamente, vivenciam as divergências, conflitos e consensos, tendo como fundamento o *quantum* de capital simbólico conquistado ou acumulado historicamente. O capital simbólico, como pontua Bourdieu, é uma espécie de crédito, refere-se ao poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor reconhecimento. Assim sendo, traduz-se, sobretudo, em prestígio, legitimidade e autoridade para os que o detêm. “Os símbolos do poder (trajo, ceptro etc.) são apenas capital simbólico e a sua eficácia está sujeita às mesmas condições”. (Bourdieu, 1998, p. 5). O poder simbólico estreitamente relacionado ao *quantum* acumulado apresenta-se, na maioria das vezes, “transfigurado e irreconhecível” e necessita ser desvendado, sobretudo, onde se é ignorado. Ele permeia os diferentes tipos de campos.

O conceito de campo, seja de qualquer especificidade, supõe a da hierarquia entre os agentes de um mesmo campo e entre diferentes. Nesta disposição hierárquica entre os agentes, perpassam aspectos relacionados a origem de classe, trajetória e acúmulo de bens expresso em capital simbólico acumulado, conjunto de *habitus*, estilo de vida e grau de legitimidade de um campo em relação a outros.

Aplicado aos diferentes espaços e domínios da vida funcionaria como instrumento produzido para descobrir propriedades específicas de cada campo (científico, educacional, político etc.) como também aspectos heterogêneos expressos pelos diferentes universos tratados como casos particulares.

A fecundidade do conceito de campo, na formulação de Bourdieu, vai além da aparência positivista e do reducionismo econômico, na medida em que a sua utilização no processo de investigação implica reconstruir a gênese social do campo em estudo, ou seja, “apreender aquilo que faz a necessidade da crença que o sustenta, do jogo da linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas a que nele se geram”. (Bourdieu, 1998, p. 66-67).

É necessário, também, pontuar que o conceito de campo (que incorpora a noção da produção simbólica enquanto instrumento de conhecimento e de comunicação) relaciona-se na análise de Bourdieu às lutas das diferentes classes e frações envolvidas em conflitos simbólicos na vida cotidiana. A existência do campo pressupõe um conjunto de especialistas da produção simbólica que disputam o monopólio do poder de impor instrumentos de conhecimentos e de expressão arbitrários. Afirma Bourdieu: “O Campo da produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os interesses na luta interna do campo da produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção”. (Bourdieu, 1998, p. 12).

O mundo social para Bourdieu é representado em forma de espaço multidimensional onde as posições dos diferentes campos estabelecem relações de força que delimitam as intenções dos agentes individuais e as interações entre eles. Assim, a posição de um agente se define pela posição que ele ocupa nos diferentes campos e na distribuição dos poderes que prevalece em cada um deles em termos de capital.

A existência de campos especializados de produtores e veiculadores de bens simbólicos é para Bourdieu fundamental na luta entre a ortodoxia e a heterodoxia presente, sobretudo, na relação entre

as classes e frações de classes em disputa pela imposição de concepções de mundo e, conseqüentemente, para imposição ou destruição do poder simbólico que tem vigência em razão do desconhecimento do seu caráter arbitrário. “é na medida que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia do doxa, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar atual o poder potencial das classes dominadas”. (Bourdieu, 1998, p. 15).

Concluindo, a noção de campo desenvolvida por Bourdieu constitui-se em uma referência metodológica que visa orientar o modo de construção do objeto no processo de organização da pesquisa. Diz: “Ela funciona como um sinal que lembra o que há de fazer, a saber, verificar o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações que retira o essencial das suas propriedades”. (1998, p. 27). O termo sugere um preceito do método que indica a necessidade de pensar o mundo social de maneira relacional. Como instrumento de pensamento e de pesquisa, tem o propósito de ser aplicado a domínios diferentes do espaço social incluindo a alta costura, a literatura, a filosofia, a política, a intelectual etc., visando apreender as propriedades específicas e as invariantes dos diferentes universos. Os campos são espaços de produção de bens simbólicos permeados por relações de poder expressas em conflitos, lutas, consensos entre os diversos agentes que, dispostos hierarquicamente, disputam o domínio destes bens como forma de autoridade, legitimidade e prestígio. A história dos diferentes campos revela confrontos entre indivíduos, grupos, instituições, pela maior ou menor detenção do capital simbólico acumulado.

O campo científico é, por excelência, um exemplo que se ajusta à teoria de campos desenvolvida por Bourdieu. Este campo particularmente se organiza na lógica de produção de bens culturais e simbólicos e pelo monopólio da autoridade científica; em seu interior impõe-se determinada concepção de ciência, hierarquizam-se diferentes áreas de conhecimento, valorizam-se determinados objetos e métodos em detrimento de outros. Enfim, nele a posição dos produtores e suas respectivas obras são permeadas por relações de poder e determinações culturais e políticas. Isto significa que cada campo é regido por duas lógicas — externa e interna — que não se reduzem, mas que se interferem reciprocamente. Assim, as divergências epistemológicas não são destituídas de posições políticas e de disputas pelo monopólio de autoridade e da legitimidade, e esses processos inerentes à lógica de funcionamento do

campo afetam direta ou indiretamente o desenvolvimento do conhecimento científico.

Nesta perspectiva, as disputas simbólicas de agrupamentos são também lutas individuais e coletivas portadoras de uma lógica de acordo com a referência do campo onde os agentes atuam. Elas são permeadas pelo *quantum* de capital simbólico, entendido como bens econômicos e culturais que fundamentam as relações de poder nas diversas dimensões da vida social.

Assim, as divergências epistemológicas não são destituídas de posições políticas e de disputas pelo monopólio da autoridade legitimidade. Estes processos inerentes à lógica de funcionamento do campo afetam direta ou indiretamente o desenvolvimento do conhecimento científico. A postura epistemológica não se separa do lugar da política. O intelectual, pela sua condição, não tem como se esquivar e tem por dever se posicionar frente às questões de seu tempo.

Limoeiro a partir da perspectiva epistemológica marxista, em seu texto já citado, faz perguntas como: porque este trabalho e não outro? A quem se destina? E acrescenta a afirmação de que a ciência não é puro diletantismo, está necessariamente comprometida. Uma coisa é o distanciamento, a liberdade de pesquisa e a crítica do pesquisador, a autonomia epistemológica. Outra é saber a quem este saber está servindo. A ciência serve a alguém, a determinados interesses, presta serviços. E, nesse sentido há nexos entre a sociedade, a ideologia e a produção científica que fornecem um fio fecundo de análise epistemológica.

A relação que a ciência tem com o poder instituído está incrustada na sua própria história. Forjada no renascimento, a ciência se fez em um processo de secularização e desencantamento do mundo. O homem moderno pretendeu encontrar um modo supostamente seguro de interpretar e intervir no mundo. A ciência expressa esse desejo do homem. Esta vontade de verdade relaciona-se também, com a vontade de exercer o poder. O conhecimento científico tem a pretensão de garantir a verdade e a universalidade ao interpretar o mundo, seja ele físico e ou social, porque tem pretensão do poder.

O CONHECIMENTO E O PROCESSO DE PESQUISA.

Um dos grandes desafios do trabalho científico é que a realidade não está à mostra. Como afirma Marx, “Toda ciência seria supérflua, se a aparência exterior e a essência das coisas coincidissem diretamente”.

(apud Ianni, 1980, p. 11) Conseqüentemente, para a descoberta das relações determinantes de uma realidade, condição para poder explicá-la, não basta uma adequação técnica. O investigador pode ser um excelente técnico de pesquisa sem ser um pesquisador; pode ter cursos especializados, ter bom manejo de campo, saber estatística, conhecer as técnicas da observação, mas tudo isso é insuficiente, podendo permanecer no plano imediato da realidade.

O objeto não se encontra à mostra, necessita ser descoberto, construído. Assim, o conhecimento científico tem por tarefa descobrir a realidade, formulá-la e levar essa formulação até o plano da teorização. Descobrir não significa tirar a coberta, remover aquilo que cobre. A descoberta científica é uma construção inteligente que o pesquisador mantém sob o seu controle. É resultado do pensamento. O sujeito que constrói o conhecimento sabe o que está fazendo, ele faz um processo de construção e assume o risco por estar construindo. Assume o peso daquilo que sustenta a sua própria construção. Por um lado, afirma-se que o mundo não se dá a conhecer, por outro, cabe notar que o acesso à realidade, mesmo à realidade mais imediata, é sempre *mediado*. O acesso ao conhecimento da realidade não é direto. A relação de *observação* não é uma relação direta entre o olho que olha e aquilo que é visto. Nesse sentido, para ver é preciso saber ver. É preciso saber para poder ver. A percepção é seletiva. Observar significa dirigir a atenção e, assim, *a observação é orientada teórica e tecnicamente*. Conseqüentemente, o trabalho científico não se faz sem sólido saber teórico, cuidado e vigilância metodológica, e técnica apurada, já que o objeto não se dá a conhecer, sendo necessário submetê-lo à investigação seguramente orientada e fundamentada.

Uma das características das Ciências Humanas e que lhe dá especificidade ontológica em relação às demais ciências é a *identidade entre o sujeito e o objeto*. O pesquisador dessas ciências se debruça sobre a realidade e sobre o que todos pensam sobre ela. O objeto do conhecimento se confunde com o eu do conhecimento. O universo do social é um universo onde o eu do conhecimento está inserido ou tende a inserir-se. O universo do pensamento das Ciências Humanas e Sociais é retirado da própria realidade onde ele atua e trabalha.

Logo, nas Ciências Humanas a característica metodológica fundamental é dada pelo fato de o sujeito e o objeto do conhecimento se confundirem. Da interação específica do sujeito que conhece e do objeto que se pretende conhecer é que resulta o conhecimento. O conheci-

mento supõe e exige três elementos: o sujeito, ou seja, a consciência cognoscente; o objeto, ou aquilo a que o sujeito se dirige para conhecer; e a imagem, ou conjunto de representações resultantes da imbricada relação sujeito/objeto. Todo conhecimento consiste numa relação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento: há uma relação de identificação e/ou negação, relação de produção do objeto pelo sujeito.¹

Nessa relação *sujeito/objeto*, no processo de produção do conhecimento, a pesquisa é um modo de produzir conhecimentos. A pesquisa, como diz Abramo, é um modo de produção do conhecimento, significando a “Ação de se propor um projeto de conhecimento e empreender atividades que conduzam a esse conhecimento”. (Abramo, 1979, p.24) A pesquisa será qualificada de científica se desenvolver, com obediência, os princípios gerais e particulares do método científico. Pesquisar é, de um lado, exercício de reflexão que envolve elementos da lógica/da epistemologia e, de outro, técnicas de coletas de dados.

Abramo pontua, ainda, que em geral, os estudantes adaptam-se a uma educação meramente informativa e tendem a considerar a pesquisa como atividade própria de poucos privilegiados, como tarefa misteriosa e sagrada, sempre superior às condições dos pobres mortais, ou como prática enfadonha e desnecessária, pois tudo o que precisamos já se encontra supostamente impresso nos livros e alhures. O que devemos reforçar é que pesquisar dentro da lógica do método científico é somente uma maneira de ver e entender o mundo com uma relativa objetividade. E isto está ao alcance de qualquer mortal.

Finalmente, como recomenda o autor citado, *a melhor maneira de fazer pesquisa é fazendo*. Nada substitui a prática da realização. Certamente, seria absurdo supor que esta prática não possa ser teorizada; ao mesmo tempo, não se deve esperar que um curso de metodologia de pesquisa transforme o estudante em um pesquisador, bem como não se pode esquecer que o aluno não poderá dar os primeiros passos sem que se instrumentalize minimamente, inclusive para evitar erros e economizar tempo.

Entendendo o trabalho científico como uma forma sistematicamente organizada de pensamento objetivo é preciso reforçar que o papel do pesquisador é transformar vivência em razão. É passar do empírico, do imediato para a interpretação, para a teorização. É a elaboração intelectual que dá forma e consistência ao complexo conjunto de informações obtidas do universo empírico. No processo de construção do trabalho científico

fico as teorias e os fatos devem ser articulados. Não há fatos sem teorias e nem teorias sem fatos. Por isto, a pesquisa supõe a reconstrução do objeto em que está presente a explicação lógica e teórica. Por fim, a produção do conhecimento supõe momentos logicamente articulados.

O *primeiro* momento refere-se a definição temática da pesquisa. Mills, em sua obra *A Imaginação Sociológica* (1972, p. 232), chama a atenção para a necessidade de se diferenciar assunto de tema. A pesquisa só tem início quando uma reflexão crítica possibilita a transformação do assunto em tema. E o que possibilita essa transformação é uma exploração bibliográfica, nacional e internacional, é uma análise crítica do material disponível. O assunto permanece nos limites do senso comum enquanto o tema compreende uma problematização.

O *segundo* supõe a elaboração de um plano de estudo em que o pesquisador define o universo teórico e empírico em que deverá construir o processo de investigação. Nesse momento, conceitos, paradigmas próprios da teoria e do método estão presentes, bem como o universo empírico em que a pesquisa se realiza.

O *terceiro* se refere aos dados e evidências. Os dados são expressões da realidade que podem ser obtidas por meio de entrevistas, questionários, memórias, histórias de vida, observações diretas, documentos etc. O papel do pesquisador é transformar estes dados em evidências. Deve haver um trabalho cuidadoso de transformação dos dados em evidências. *O dado tem significação em função da questão proposta.* Para que o pesquisador possa fazer um processo de decantação dos dados é preciso estar preparado para a observação. Há dados heurísticos, revelações que indicam pistas para investigação. Mas além da boa formação é preciso imaginação. Não há trabalho novo na história das ciências que resulte apenas da operação lógica, mas depende também da capacidade de imaginação do sujeito pesquisador, de sua intuição.

O *quarto* corresponde ao momento de descrição, explicação, compreensão do objeto estudado. A interpretação é o momento superior, avançado da reflexão quando o empírico é tratado lógico e teoricamente. Nesse processo, o pesquisador tem que questionar constantemente se está reconstituindo com precisão o real ao trabalhar com fatos e relações.

O *quinto* ou último momento da produção científica diz respeito à derradeira etapa do processo de pesquisa: a comunicação dos resultados (relatório final). Este, conforme ensina Wright Mills, deve ser elaborado por meio de uma redação simples, o que não pode ser entendido

como vulgarização de questões e conceitos. Ao contrário disso, ao expor os resultados da investigação, o pesquisador deve envidar esforços para expor questões e enunciar conceitos em uma linguagem que tenha como predicados a clareza e a simplicidade. Para esse autor, portanto, “escrever é pretender a atenção dos leitores” (Mills, 1998, p. 235), tarefa de lapidação que o pesquisador deve desenvolver ao longo de todo o seu ofício.

Em todos estes momentos estão presentes os campos teóricos, os métodos, enfim as perspectivas que norteiam o processo de investigação. Cada pesquisador por suas preferências, leituras, e natureza do objeto que estuda considera uma corrente mais adequada do que outra. Escolhe o enfoque que permitirá em sua pesquisa transformar o universo empírico em conceitos, em interpretação. Por isto, é que uma boa fundamentação teórica é necessária para a construção do processo da pesquisa tanto no que se refere aos métodos de investigação quanto aos métodos de exposição. E, para uma boa fundamentação é preciso uma leitura dos clássicos. Não qualquer leitura, já advertiu Chauí, pois “ler é aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro. Ler é retomar a reflexão de outrem como matéria prima da nossa própria reflexão”. (Chauí, 1994, p. 21)

Esta postura diante do ato de ler supõe o cultivo da ética na construção do saber. Como diz Salles (1998), exige uma mentalidade alargada capaz não só de pontuar as diferenças, os percursos, os conceitos, os caminhos do método que o autor percorreu, mas de adentrar na lógica do texto respeitando as especificidades do movimento do pensar, mesmo que não exista da parte do leitor concordância com a filiação metodológica do autor que está lendo e tentando decifrar.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A reflexão feita coloca para os pesquisadores em formação a necessidade de incursão pelo pensamento dos clássicos como ponto de partida para a apreensão do processo de produção do trabalho científico. Os pensadores modernos, os herdeiros da atualidade, estão impregnados de todos os fantasmas do passado. Daí ser, no mínimo, insensato pretender ignorá-los ou considerá-los como superados como certos pós-modernos ousam fazer.

Particularmente, os clássicos a que nos referimos pertencem a uma mesma época de viragem, época que fecha o século XIX e abre

para o século XX. Em que pese viverem em países distintos e de passarem por influências teóricas também distintas, os clássicos sofreram influências que os aproximam, ou seja, suas produções foram marcadas por transformações do período histórico que apresentou condições propícias para que as Ciências Humanas e Sociais emergissem. O que se viu, portanto, naquele momento, foi a emergência da psicanálise de Freud, da Psicologia científica, da História, da Sociologia, da Pedagogia, da Política. A importância dos temas que eles trataram eram problemas comuns às diversas Ciências Humanas e Sociais de seu tempo, e muitos deles, talvez os essenciais, permanecem preocupando e desafiando a capacidade crítica e criativa dos pensadores atuais que se ocupam com as Ciências Humanas.

Os clássicos vivenciaram uma diversidade de contextos ideológicos, filosóficos e teóricos, daí porque há diferenças radicais do ponto de vista da construção dos métodos. Eles produziram elaborações teóricas e metodológicas diferenciadas para o enfrentamento dos problemas fundamentais postos pela sociedade, instituíram estilos de pensar e desenvolveram métodos de investigação, expressando em suas obras uma lógica específica para descrever e interpretar o social. A análise atenta da trajetória de cada autor na produção de suas obras, ou seja, na produção do conhecimento, é tarefa de quem se propõe a ter uma boa formação teórica e metodológica. É lógico que não são muitas as obras que podem levar o título de clássicas. A mensagem de um clássico raramente é direta. Não pode ser enquadrada numa fórmula. Daí poder afirmar que, em um determinado campo de saber, renunciar à história da produção desse saber e renunciar aos clássicos que o construíram é renunciar à possibilidade de fazer ciência.

A leitura das obras clássicas é obrigatória, porque elas documentam o momento justo em que as velhas teorias foram concebidas carregadas por formulações concluintes e de maior alcance. Os clássicos iluminam a história de distintas disciplinas. Foram escritos por homens visionários, homens com verdadeiros sentidos do essencial. Nessa perspectiva, a leitura dos clássicos exige: a) examinar suas contribuições epistemológicas para as pesquisas em Ciências humanas; b) a percepção da indissociabilidade dos processos de investigação e as orientações metodológicas que os inspiram, ou seja, não dá para autonomizar os métodos de investigação das concepções de mundo que os inspiram; da metodologia; c) a caracterização desses modelos teóricos à luz dos vetores históricos, filosóficos e ideológicos neles implicados. Daí a ne-

cessidade de se fazer um esforço no sentido de avaliar as contribuições dos clássicos, tendo como referência o contexto histórico e ideológico em que produziram suas obras.

Nota

- ¹ Esse longo trecho foi redigido a partir de apontamentos realizadas em aulas proferidas por Octávio Ianni, durante o doutorado realizado na PUC/SP .

Referências

- ABRAMO, Perseu. “Pesquisa em ciências sociais”. In. Irano Sedi (org), *Pesquisa, projeto e planejamento*, 2ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- CANESIN, M. T. “A fertilidade da produção sociológica de Bourdieu para ciências sociais e educação”. In. ROSA, Dalva & Gonçalves, SOUZA, Vanilton C. de (Orgs.), FELDMAN, Daniel [et.al] *Didática e prática de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, pp. 97-101.
- CHAUÍ, Marilena. “Os trabalhos da memória”. In. Bosi Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças dos velhos*, 3ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 21.
- BOMBASSARO, Luiz Carlos. Epistemologia: produção, transmissão e transformação do conhecimento. In Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Anais: conferências, mesas redondas e simpósios. CHAVES Sandramara M. & TIBALLI, Elianda F. A. Goiânia: Editora... , 2004, v.2, p.13-123.
- HESSEN, Johannes. Teoria do Conhecimento. Armênio Amado-Editor Secessor, Coimbra:1978.7 edição.
- IANNI, Octávio. “Introdução”. In. IANNI, Octávio (Org.) Marx Karl (1918-1883): 2ed. São Paulo: Ática, 1980. (Coletânea Sociologia)
- KOURGANOFF, Vladimir. “A ciência como processo I”. In. *A pesquisa científica*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961, p. 63. Reproduzido em CADERNCO DE TEXTOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, organizado pela Equipe de professores de Iniciação à Metodologia Científica do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da UNB, Brasília-DF, 1971. Textos de circulação interna, nota 1, p. 40).
- LEFEVRE, Henri. *Lógica Formal/Lógica dialética*. 3ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LIMOEIRO, C. Mirian. “Desafio, exigências e limitações do trabalho científico numa perspectiva epistemológica”. (Texto produzido para o Seminário: A pesquisa e a política educacional. Brasília. UNB/FE:17-21, set., 1998). Mimeografado.
- _____. Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ, 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MILLS, Writth C. A *Imaginação Sociológica*. Tradução de W. Dutra, 3ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MOROZ, Melania & GIANFALDONI, Mônica Helena T. “Aprofundando as etapas da pesquisa”.

In.: A. *O processo de pesquisa*. Brasília: Plano Editora, 2002. (Série Pesquisa em Educação)

OLIVEIRA, Paulo de Salles, "Caminhos da construção da pesquisa em Ciências Humanas". In: OLIVEIRA, P. de S (org). *Metodologia das Ciências Humanas*, São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998, p.17-28.

PARDINAS, Felipe. "Conhecimento popular e conhecimento científico". In. *Metodologia y técnicas de investigación en Ciencias Sociales*, México: Siglo Veinteuno Editores A.S., 1969.

ZETTERBERG, Hans. *Teoria y verificación em Sociologia*. Tradução: Sibila Yujnowsky, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión S.A.I.C., 1968.

Abstract: this study brings together notes expressing reflections on certain aspects permeating the question of the production of knowledge in the field of the human sciences and, by inference, in the field of education. Throughout the notes, the focus lies more specifically on the nature of the Human Sciences and the principal challenges they face. It deals with the subjects and objects of knowledge, the essential issues which permeate the Human Sciences, the relations between knowledge and power, the research process and the importance of reading the classics in the formation of the researcher.

* Doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP). Professora titular aposentada da UFG. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da Universidade Católica de Goiás (UCG). *E-mail*: canguí@brturbo.com.br

** Doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP). Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da Universidade Católica de Goiás (UCG). *E-mail*: nepomuceno.ma@hotmail.com